



PODER,
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

PETIC 2015-2020

*Plano Estratégico de Tecnologia da
Informação e Comunicação*

2016

PETIC 2015-2020

Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação

Composição do Tribunal de Justiça de Alagoas – TJ/AL

Desembargador WASHINGTON LUIZ DAMASCENO FREITAS

PRESIDENTE

Desembargador JOÃO LUIZ AZEVEDO LESSA

VICE-PRESIDENTE

Desembargador KLEVER RÊGO LOUREIRO

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Desembargadora ELISABETH CARVALHO NASCIMENTO

Desembargador SEBASTIÃO COSTA FILHO

Desembargador JOSÉ CARLOS MALTA MARQUES

Desembargador PEDRO AUGUSTO MENDONÇA DE ARAÚJO

Desembargador JAMES MAGALHÃES DE MEDEIROS

Desembargador OTÁVIO LEÃO PRAXEDES

Desembargador ALCIDES GUSMÃO DA SILVA

Desembargador TUTMÉS AIRAN DE ALBUQUERQUE MELO

Desembargador PAULO BARROS DA SILVA LIMA

Desembargador FERNANDO TOURINHO DE OMENA SOUZA

Desembargador FÁBIO JOSÉ BITTENCOURT ARAÚJO

Desembargador DOMINGOS DE ARAÚJO LIMA NETO

PETIC 2015-2020

Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação

Elaboração

DIRETORIA ADJUNTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DIATI

Colaboração

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO – APMP

Coordenação

COMISSÃO DE INFORMÁTICA

APRESENTAÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça – CNJ, por meio da Resolução nº 211, de 15 de dezembro de 2015, dispôs sobre a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário.

O Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) do Poder Judiciário de Alagoas foi estabelecido em harmonia com os macrodesafios do Poder Judiciário, em especial o que estabelece a “Melhoria da infraestrutura e governança de TIC”.

O processo de construção da estratégia da TIC foi promovido de forma colaborativa por magistrados e servidores com os esforços direcionados para o cumprimento dos objetivos estratégicos, observando-se os valores, o cumprimento da missão e a busca da visão de futuro pretendida.

Destarte, o PETIC se constitui em valorosa ferramenta que direcionará as ações durante o sexênio 2015/2020, com vistas a melhorar as condições de trabalho e dar maior celeridade e qualidade dos serviços prestados aos jurisdicionados.

SUMÁRIO

Composição do Tribunal de Justiça de Alagoas – TJ/AL

Elaboração e Colaboração

Apresentação

Missão, Visão e Valores do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de Alagoas.....06

Diretrizes do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal de Justiça de Alagoas.....07

Mapa Estratégico do PETIC 2015-2020.....08

Perspectivas.....09

Objetivos Estratégicos, Indicadores e Metas.....10

MISSÃO, VISÃO E VALORES DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ALAGOAS

“RAZÃO DE EXISTIR DA
ORGANIZAÇÃO”

MISSÃO

Contribuir para a ordem social por meio da prestação de serviços jurisdicionais acessíveis, rápidos e efetivos.

“É FOCADA NO
FUTURO”

VISÃO

Ser referência na prestação jurisdicional, com a diminuição das distâncias entre o Poder Judiciário e a sociedade, a partir de uma organização interna que possibilite a adoção de métodos e práticas inovadores, humanizados e eficazes.

“ELEMENTOS MOTIVADORES QUE DIRECIONAM AS AÇÕES DAS PESSOAS NA
ORGANIZAÇÃO”

DIRETRIZES DO PLANO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ALAGOAS

MISSÃO

Melhorar a infraestrutura e a governança da Tecnologia da Informação e Comunicação para que o Poder Judiciário de Alagoas cumpra sua função institucional.

VISÃO

Ser reconhecido como um referencial em governança, gestão e infraestrutura da Tecnologia da Informação e Comunicação.

VALORES

Acessibilidade e Usabilidade

Eficiência

Efetividade

Imparcialidade

Inovação

Modernidade

Transparência

Celeridade

Eficácia

Qualidade

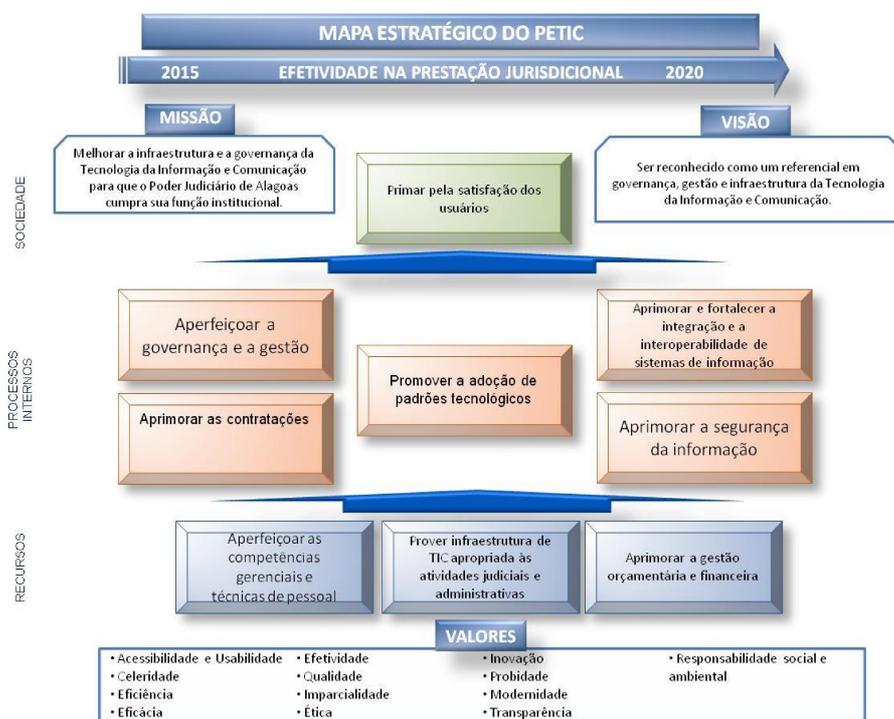
Ética

Probidade

Responsabilidade social

e ambiental

MAPA ESTRATÉGICO DO PETIC 2015-2020



MAPA ESTRATÉGICO

O Mapa Estratégico está estruturado em três perspectivas:

Sociedade, Processos Internos e Recursos.

Ele traduz o negócio, a missão e a visão da Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal de Justiça de Alagoas em um conjunto de objetivos, permitindo comunicar, de modo claro e transparente, o foco e a estratégia de atuação escolhidos para os próximos anos.

PERSPECTIVAS

A Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal de Justiça de Alagoas, por meio do Mapa Estratégico, adota as seguintes perspectivas:



As perspectivas delimitam grupos de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela Tecnologia da Informação e Comunicação no cumprimento de sua missão e alcance de sua visão.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E METAS

A seguir são apresentadas as Matrizes de Indicadores e Metas, referentes a cada Objetivo Estratégico, juntamente aos seus respectivos Projetos, ações e demais desdobramentos.

1 – Objetivo estratégico: aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal.

1.1 – Indicadores

Indicador 1: índice de realização de cursos do Plano Anual de Capacitação de TIC.						
Fórmula: (cursos realizados no ano de TIC / cursos previstos no Plano Anual de Capacitação de TIC) x 100						
Periodicidade: trimestral.						
Metas	Base	2016	2017	2018	2019	2020
	0%	70%	80%	85%	90%	95%

Projetos, ações e outros desdobramentos

Elaborar e implantar Plano Anual de Capacitação.
Realizar capacitação em gestão de TIC com a participação dos servidores lotados na DIATI.
Realizar treinamento com todos os servidores e estagiários lotados na DIATI, antes de iniciarem suas atividades.
Definir e instituir Política de Gestão de Pessoas que promova a fixação de recursos humanos na área da Tecnologia da Informação e Comunicação.
Aplicar diretrizes estabelecidas na Política de Gestão de Pessoas da área de Tecnologia da Informação e Comunicação.

2 – Objetivo estratégico: prover infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e

administrativas.

2.1 – Indicadores

Indicador 2A: possuir ambiente de processamento central (Datacenter) com requisitos mínimos de segurança e de disponibilidade.						
Fórmula: possui Datacenter com requisitos mínimos = 100%, ou não possui Datacenter com requisitos mínimos = 0%.						
Periodicidade: anual.						
Metas	Base	2016	2017	2018	2019	2020
	0%	0%	0%	100%	100%	100%
Indicador 2B: índice de equipamentos de informática disponibilizados para os servidores.						
Fórmula: (total de equipamentos desktop ou portátil disponibilizados / total de usuários internos do Poder Judiciário de Alagoas) x 100						
Periodicidade: anual.						
Metas	Base	2016	2017	2018	2019	2020
	99%	100%	100%	100%	100%	100%
Indicador 2C: possuir solução de videoconferência corporativa para a sede do Tribunal.						
Fórmula: possui solução de videoconferência corporativa para a sede do Tribunal = 100%, ou não possui solução de videoconferência corporativa para a sede do Tribunal = 0%.						
Periodicidade:						
Metas	Base	2016	2017	2018	2019	2020
	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Projetos, ações e outros desdobramentos

Garantir um desktop ou computador portátil para cada usuário interno, preferencialmente com segundo monitor ou aparelho que permita divisão de tela para aqueles que estejam utilizando o processo eletrônico.
Garantir um desktop ou computador portátil para cada usuário interno nas salas de sessão e de audiência e uma tela para usuários externos, com acesso a rede.
Garantir um equipamento de impressão e digitalização para cada ambiente de trabalho, preferencialmente, com tecnologia de impressão frente e verso e em rede, com qualidade adequada à execução dos serviços.
Garantir uma solução de gravação audiovisual de audiência para cada sala de sessão e sala de audiência, compatível com o MNI.
Garantir links de comunicação entre as unidades e o Tribunal para suportar o tráfego de dados e garantir a disponibilidade exigida pelos sistemas de informação, especialmente o processo judicial, com o máximo de comprometimento de banda de 80%.
Garantir dois links de comunicação com a internet de operadoras distintas para acesso à rede de

dados, com o máximo de comprometimento de banda de 80%.
Garantir ambiente de processamento central (Data Center) com requisitos mínimos de segurança e de disponibilidade estabelecidos em normas nacionais e internacionais, que abrigue os equipamentos principais de processamento e de armazenamento de dados; de segurança e ativos de rede centrais, para maximizar a segurança e a disponibilidade dos serviços essenciais e de sistemas estratégicos do órgão.
Garantir solução de backup com capacidade suficiente para garantir a salvaguarda das informações digitais armazenadas, incluindo tecnologias para armazenamento de longo prazo e cópia dos backups mais recentes, em local distinto do local primário do órgão, de modo a prover redundância e atender à continuidade do negócio em caso de desastre.
Garantir solução de armazenamento de dados e respectivos softwares de gerência, em que a capacidade líquida não ultrapasse 80% do limite máximo de armazenamento.
Garantir parque de equipamentos servidores suficientes para atender às necessidades de processamento de dados dos sistemas e serviços do órgão, com comprometimento médio de até 80% de sua capacidade máxima, e em número adequado para garantir disponibilidade em caso de falha dos equipamentos.
Implantar pelo menos 1 (uma) solução de videoconferência corporativa para a sede do Tribunal.
Implantar central de serviços de 1º e de 2º níveis para atendimento de requisições efetuadas pelos usuários internos e tratamento de incidentes no que se refere ao uso de serviços e sistemas essenciais
Garantir rede sem fio para a promoção dos serviços ofertados aos usuários e respeitando a política de segurança da informação de cada órgão, sempre que possível.
Obedecer aos requisitos mínimos do nivelamento da infraestrutura de TIC
Disponibilizar sistema para virtualização dos processos administrativos .

3.1 – Indicadores

Indicador 3: índice de execução do Plano Orçamentário de TIC.						
Fórmula: (total de execução do Plano Orçamentário de TIC do exercício financeiro / total aprovado do Plano Orçamentário de TIC do exercício financeiro) x 100						
Periodicidade: semestral.						
Metas	Base	2016	2017	2018	2019	2020
	NM*	80%	82%	85%	87%	88%

*NM = não mensurado.

Projetos, ações e outros desdobramentos

Elaborar, anualmente, o Plano Orçamentário de TIC.
Realizar a cotação dos itens constantes do Plano de Contratações.
Implantar módulo no sistema de gestão de custos que mensure a exata depreciação do patrimônio.
Disponibilizar sistema informatizado para acompanhamento da execução do orçamento do Poder Judiciário, Fundo de Modernização e FUNDESMAL.
Disponibilizar o sistema informatizado para fiscalização e monitoramento do pagamento de custas finais.

4 – Objetivo estratégico: aperfeiçoar a governança e a gestão

4.1 – Indicadores

Indicador 4: índice de Governança de TI (iGovTI)						
Fórmula: este indicador utilizará dados relativos ao Levantamento iGovTI 2016 desenvolvido bianualmente pelo TCU.						
Periodicidade: anual.						
Metas	Base	2016	2017	2018	2019	2020
	Intermediário	Intermediário	Intermediário	Intermediário	Aprimorado	Aprimorado

Projetos, ações e outros desdobramentos

Elaborar e manter o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC).
Constituir Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação.
Constituir Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação.
Constituir e manter estruturas organizacionais adequadas e compatíveis com a relevância e demanda de TIC, considerando, no mínimo, os macroprocessos descritos na ENTIC-JUD.
Garantir utilização de ferramentas de inteligência e de exploração de dados para disponibilizar informações relevantes para os seus usuários internos e externos, bem como observar o comportamento dos dados explorados na oferta de serviços.
Classificar sistemas de informação identificando os que são estratégicos.
Normatizar atividades extraordinárias na área de Tecnologia da Informação e Comunicação.
Definir processos para gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica, notadamente no que tange à gerência e ao monitoramento, bem como ao registro e ao acompanhamento da localização de cada ativo.

5 – Objetivo estratégico: aprimorar as contratações.

5.1 – Indicadores

Indicador 5: índice de execução do Plano de Contratação de TIC.						
Fórmula: (total de execução do Plano de Contratação de TIC do exercício financeiro / total aprovado do Plano de Contratação de TIC do exercício financeiro) x 100						
Metas	Base	2016	2017	2018	2019	2020
	70%	80%	85%	87%	90%	95%

Projetos, ações e outros desdobramentos

Disponibilizar junto ao repositório nacional os editais, contratos e anexos, assim que homologados pelo TJAL.
Elaborar, anualmente, o Plano de Contratações de TIC.
Adequar a execução ou contratação serviços de desenvolvimento e de sustentação de sistemas de informação aos requisitos da ENTIC-JUD.
Adequar processos de aquisições de bens e contratação de serviços de TIC com as diretrizes estabelecidas pelo CNJ.

6 - Objetivo estratégico: promover a adoção de padrões tecnológicos.

6.1 – Indicadores

Indicador 6: possuir metodologia formal de desenvolvimento e de sustentação de software						
Fórmula: possui metodologia formal de desenvolvimento e sustentação de software = 100%, ou não possui metodologia formal de desenvolvimento e sustentação de software = 0%.						
Metas	Base	2016	2017	2018	2019	2020
	0%	0%	100%	100%	100%	100%

Projetos, ações e outros desdobramentos

Garantir que os novos sistemas de informação de procedimentos judiciais e administrativos atendam os requisitos da ENTIC-JUD

7 - Objetivo estratégico: aprimorar e fortalecer a integração e a interoperabilidade de sistemas de informação.

7.1 – Indicadores

Indicador 7: percentual de sistemas judiciais aderentes ao Modelo Nacional de Interoperabilidade.						
Fórmula: (sistemas judiciais aderentes ao Modelo Nacional de Interoperabilidade / total de sistemas judiciais) x 100.						
Metas	Base	2016	2017	2018	2019	2020
	0%	50%	100%	100%	100%	100%

Projetos, ações e outros desdobramentos

Iniciativa:
Garantir a integração entre sistemas do primeiro e segundo grau e de instâncias superiores, bem como de outros entes públicos atuantes nos processos judiciais.

8 - Objetivo estratégico: aprimorar a segurança da informação.

8.1 – Indicadores

Indicador 8: possuir processo formal de gestão de risco						
Fórmula: possui processo formal de gestão de risco = 100%, ou não possui processo formal de gestão de risco = 0%.						
Metas	Base	2016	2017	2018	2019	2020
	0%	100%	100%	100%	100%	100%

Projetos, ações e outros desdobramentos

Elaborar e aplicar política, gestão e processo de segurança da informação.
Estabelecer Plano de Continuidade de Serviços essenciais de TIC.
Constituir Comitê de Gestão de Segurança da Informação.
Definir Política de Manutenção de Documentos eletrônicos adequada às diretrizes estabelecidas pelo CNJ.

9 – Objetivo estratégico: primar pela satisfação dos usuários.

9.1 – Indicadores

Indicador 9: índice de satisfação dos usuários internos com os serviços prestados pela área de TIC.						
Fórmula: percentual de usuários internos satisfeitos ou muito satisfeitos com os serviços prestados pela área de TIC.						
Metas	Base	2016	2017	2018	2019	2020
		NM*	80%	82%	83%	84%

*NM = não mensurado.

Projetos, ações e outros desdobramentos

Monitorar os serviços de TI.
Realizar de pesquisa de satisfação dos usuários.
Instituir plantão na área de Tecnologia da Informação e Comunicação.
Disponibilizar na internet as informações sobre processos, seus andamentos e o inteiro teor dos atos judiciais neles praticados, ressalvadas as exceções legais ou regulamentares, conforme disposto nas Resoluções do CNJ.

ANEXO II – PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Concluído	Nº	Descrição das Ações	Procedimento (Como será atendido)	Cronograma		Área Responsável
				Início	Término	
	1	Constituir Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação	Publicar portaria para que institui o Comitê e define suas competências, contemplando responsáveis de área técnica e áreas afins.	Dez - 2016	Dez - 2016	Comissão de Informática
	2	Constituir Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Publicar portaria para que institui o Comitê e define suas competências, contemplando responsáveis de área técnica e áreas afins.	Dez - 2016	Dez - 2016	Comissão de Informática
	3	Elaborar e manter o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)	Elaborar os Planos Estratégicos e Diretor de TIC, submetê-los a Comissão de Informática e adequar o Plano de Contratações. Divulgar os Planos para todos os servidores do TJ/AL. Atualiza-los anualmente.	Dez - 2016	Dez - 2016	Comissão de Informática
	4	Elaborar e aplicar política, gestão e processo de segurança da informação	Adotar melhores práticas e metodologias de desenvolvimento e gerenciamento de software, controle de qualidade e padrões estabelecidos de interoperabilidade, conforme as necessidades das áreas administrativas e judiciais e publicá-las na forma de cartilhas, resoluções e etc...	Dez - 2016	Dez - 2016	DIATI
	5	Estabelecer Plano de Continuidade de Serviços essenciais de TIC	Normalizar atividades e responsáveis com base no portfólio de serviços de TIC	Dez - 2016	Dez - 2016	DIATI
	6	Definir processos para gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica, notadamente no que tange à gerência e ao monitoramento, bem como ao registro e ao acompanhamento da localização de cada ativo	Estudar e analisar funções internas da Diretoria de Tecnologia da Informação, no que tange à gerência e ao monitoramento dos ativos da infraestrutura tecnológica, para serem mapeadas em processos, a fim de especificar o trabalho e procedimentos realizado e identificar oportunidades de aperfeiçoamento com a utilização do sistema informatizado.	Dez - 2016	Dez - 2016	DIATI
	7	Definir Política de Manutenção de Documentos eletrônicos adequada às diretrizes estabelecidas pelo CNJ	Encaminhar demanda a gestora do projeto responsável pela Tabela de Temporalidade, para priorização dos documentos digitais, conforme diretrizes do CNJ.	Dez - 2016	Dez - 2016	DIATI
	8	Adequar processos de aquisições de bens e contratação de serviços de TIC com as diretrizes estabelecidas pelo CNJ	Elaborar documentos que atendam as resoluções 211/2015, 182/2013 e 195/2014 do CNJ, para os processos de aquisições	Dez - 2016	Dez - 2016	DIATI/ APMP

9	Constituir e manter estruturas organizacionais adequadas e compatíveis com a relevância e demanda de TIC, considerando, no mínimo, os macroprocessos descritos na ENTIC-JUD	Implantar as diretrizes da Resolução 211/2015 nas aquisições e projetos, organizando-os por ordem de prioridade	Dez - 2016	Dez - 2016	DIATI
10	Monitorar os serviços de TI	Acompanhar os principais serviços de TI, em relação a disponibilidade e abrangência	Dez - 2016	Dez - 2016	DIATI
11	Realizar pesquisa de satisfação dos usuários	Realizar pesquisa de satisfação anual com os usuários para os principais serviços e sistemas da DIATI	Dez - 2016	Dez - 2016	DIATI
12	Elaborar e implantar Plano Anual de Capacitação	Promover treinamentos para o quadro de servidores da DIATI a partir da identificação dos déficits de formação, desenvolvendo as aptidões técnicas e gerenciais necessárias para a melhoria da gestão e do nível de qualidade dos serviços e infraestrutura de TI	Dez - 2016	Dez - 2016	DIATI / RH
13	Normatizar atividades extraordinárias na área de Tecnologia da Informação e Comunicação	Prover portfólio de serviços de TIC	Dez - 2016	Dez - 2016	DIATI
14	Instituir plantão na área de Tecnologia da Informação e Comunicação	Normatizar atividades e responsáveis com base no portfólio de serviços de TIC	Dez - 2016	Dez - 2016	DIATI
15	Adequar a execução ou contratação serviços de desenvolvimento e de sustentação de sistemas de informação aos requisitos da ENTIC-JUD	Prover novos contratos e revisar antigos contratos a fim de adequá-los as diretrizes da resolução 211/2015	Dez - 2016	Dez - 2017	DIATI
16	Classificar sistemas de informação identificando os que são estratégicos	Prover portfólio de sistemas de TIC	Dez - 2016	Dez - 2017	DIATI
17	Garantir que os novos sistemas de informação de procedimentos judiciais e administrativos atendam os requisitos da ENTIC-JUD	Adequar os sistemas judicial e administrativo ao requisitos constantes na Resolução 211/2015 CNJ	Dez - 2016	Dez - 2017	DIATI
18	Garantir utilização de ferramentas de inteligência e de exploração de dados para disponibilizar informações relevantes para os seus usuários internos e externos, bem como observar o comportamento dos dados explorados na oferta de serviços	Implantar a utilização de Ferramenta Business Intelligence (BI).	Dez - 2016	Dez - 2017	DIATI
19	Garantir a integração entre sistemas do primeiro e segundo grau e de instâncias superiores, bem como de outros entes públicos atuantes nos processos judiciais	Realizar convênios entre o TJ e demais órgãos. Implantar, no sistema judicial, integração entre os mesmos.	Dez - 2016	Dez - 2017	DIATI / APMP

20	Implantar módulo no sistema de gestão de custos que mensure a exata depreciação do patrimônio.	Efetuar as parametrizações necessárias no Sistema Patrimonial, para atender a demanda.	Dez - 2016	Dez - 2017	DIATI / PATRIMÔNIO
21	Disponibilizar sistema informatizado para acompanhamento da execução do orçamento do Poder Judiciário, Fundo de Modernização e FUNDESMAL.	Alinhar o módulo no sistema contábil para atender demanda	Dez - 2016	Dez - 2017	DIATI / DICONF / FUNJURIS / ESMAL
22	Disponibilizar o sistema informatizado para fiscalização e monitoramento do pagamento de custas finais.	Implantar ferramenta que possibilite controle efetivo de controle de custos	Dez - 2016	Dez - 2017	DIATI / FUNJURIS / CGJ
23	Disponibilizar na internet as informações sobre processos, seus andamentos e o inteiro teor dos atos judiciais neles praticados, ressalvadas as exceções legais ou regulamentares, conforme disposto nas Resoluções do CNJ	Adequar o portal e o sistema judicial para atender requisitos de publicação de informações judiciais de acordo com resolução 121 do CNJ.	Dez - 2016	Dez - 2017	DIATI
24	Obedecer aos requisitos mínimos do nivelamento da infraestrutura de TIC	Monitorar trimestralmente as ações relacionadas à infraestrutura de TIC, objetivando o cumprimento integral do PETIC.	Dez - 2016	Dez - 2018	DIATI
25	Garantir um desktop ou computador portátil para cada usuário interno, com segundo monitor ou aparelho que permita divisão de tela para aqueles que estejam utilizando o processo eletrônico	Instalar o segundo monitor nas varas e juizados, através da aquisição continuada de computadores e monitores.	Dez - 2016	Dez - 2018	DIATI
26	Garantir um desktop ou computador portátil para cada usuário interno nas salas de sessão e de audiência e uma tela para usuários externos, com acesso a rede	Instalar tela extra e computador portátil/desktop com acesso a rede interna	Dez - 2016	Dez - 2018	DIATI
27	Garantir um equipamento de impressão e digitalização para cada ambiente de trabalho, preferencialmente, com tecnologia de impressão frente e verso e em rede, com qualidade adequada à execução dos serviços	Contratação de empresa que forneça serviços de outsourcing de impressão compatíveis com a atual infraestrutura deste Poder Judiciário, onde os equipamentos deverão realizar impressão frente e verso, digitalização e em rede.	Dez - 2016	Dez - 2018	DIATI
28	Garantir uma solução de gravação audiovisual de audiência para cada sala de sessão e sala de audiência, compatível com o MNI	Implementar o MNI no sistema judicial.	Dez - 2016	Dez - 2018	DIATI
29	Garantir links de comunicação entre as unidades e o Tribunal para suportar o tráfego de dados e garantir a disponibilidade exigida pelos sistemas de informação, especialmente o	Contratar links de redundância/contingência e aplicar balanceamento de carga para garantir suporte ao tráfego e disponibilidade dos circuitos.	Dez - 2016	Dez - 2018	DIATI

		processo judicial, com o máximo de comprometimento de banda de 80%				
	30	Garantir dois links de comunicação com a internet de operadoras distintas para acesso à rede de dados, com o máximo de comprometimento de banda de 80%	Contratação de empresas especializadas em prover acesso à internet, através de backbones independentes e velocidades superiores a atual.	Dez - 2016	Dez - 2018	DIATI
	31	Garantir ambiente de processamento central (Data Center) com requisitos mínimos de segurança e de disponibilidade estabelecidos em normas nacionais e internacionais, que abrigue os equipamentos principais de processamento e de armazenamento de dados; de segurança e ativos de rede centrais, para maximizar a segurança e a disponibilidade dos serviços essenciais e de sistemas estratégicos do órgão	Efetuar levantamento das necessidades, através de estudos e consultorias externas, objetivando aderência ao ambiente de processamento central exigido e dentro das normas estabelecidas.	Dez - 2016	Dez - 2018	DIATI
	32	Garantir solução de backup com capacidade suficiente para garantir a salvaguarda das informações digitais armazenadas, incluindo tecnologias para armazenamento de longo prazo e cópia dos backups mais recentes, em local distinto do local primário do órgão, de modo a prover redundância e atender à continuidade do negócio em caso de desastre	Elaborar projeto básico para contratação de solução para Backup, compatível com o Plano de Continuidade do Negócio.	Dez - 2016	Dez - 2018	DIATI
	33	Garantir solução de armazenamento de dados e respectivos softwares de gerência, em que a capacidade líquida não ultrapasse 80% do limite máximo de armazenamento	Ampliar a capacidade de armazenamento nas Storages alocadas nos Data Centers deste Poder.	Dez - 2016	Dez - 2018	DIATI
	34	Garantir parque de equipamentos servidores suficientes para atender às necessidades de processamento de dados dos sistemas e serviços do órgão, com comprometimento médio de até 80% de sua capacidade máxima, e em número adequado para garantir disponibilidade em caso de falha dos equipamentos	Elaborar projeto básico de equipamentos de informática para aperfeiçoar infraestrutura dos Data Centers.	Dez - 2016	Dez - 2018	DIATI
	35	Implantar solução de videoconferência corporativa para a sede de cada tribunal	Aumentar links de acesso nas unidades judiciais para que o serviço seja melhorado. Expandir o serviço para órgãos conveniados ao TJ.	Dez - 2016	Dez - 2018	DIATI

36	Implantar central de serviços de 1º e de 2º níveis para atendimento de requisições efetuadas pelos usuários internos e tratamento de incidentes no que se refere ao uso de serviços e sistemas essenciais	Especializar a central de serviços de 1º e 2º nível para atender todos os sistemas administrativos e judiciais	Dez - 2016	Dez - 2018	DIATI
37	Garantir rede sem fio para a promoção dos serviços ofertados aos usuários e respeitando a política de segurança da informação de cada órgão, sempre que possível	Implantar rede sem fio nas varas e juizados da capital e interior	Dez - 2016	Dez - 2018	DIATI
38	Definir e instituir Política de Gestão de Pessoas que promova a fixação de recursos humanos na área da Tecnologia da Informação e Comunicação	Envolver a área de Recursos Humanos do TJAL, para efetuar estudos, objetivando criar estratégias eficientes de fixação dos servidores.	Dez - 2016	Dez - 2019	DIATI / RH
39	Aplicar diretrizes estabelecidas na Política de Gestão de Pessoas da área de Tecnologia da Informação e Comunicação	Efetuar levantamento semestral, encaminhando a presidência e ao Comitê de Gestão para conhecimento e evolução das diretrizes necessárias.	Dez - 2016	Dez - 2019	DIATI / RH
40	Realizar capacitação em gestão de TIC com a participação dos servidores lotados na DIATI.	Contratar/Efetuar treinamentos de COBIT e ITIL para os servidores da DIATI.	Dez - 2016	Dez - 2019	DIATI / RH / ESMAL
41	Realizar treinamento com todos os servidores e estagiários lotados na DIATI, antes de iniciarem suas atividades.	Realizar estudo prévio, para desenvolvimento de necessidades que objetivam a definição do escopo, carga horária e outras atividades necessárias ao desenvolvimento da capacitação.	Dez - 2016	Dez - 2019	DIATI / RH / ESMAL